



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 2, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.  
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.  
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.02.64>

Recebido em: **27/07/2020**

Aprovado em: **02/08/2020**

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO  
BRASIL LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE; INCLUSION OF STUDENTS WITH  
DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL SURVEY OF THE STATE OF ART;  
INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDADES EN LA EDUCACIÓN  
SUPERIOR EN BRASIL ENCUESTA DEL ESTADO DEL ARTE

MAYNE COSTA CERQUEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-3253-6809>

SUSANA COUTO PIMENTEL

## **Resumo**

Este trabalho objetivou identificar os achados de pesquisas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* relativos à inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior no Brasil. A pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada na revisão sistemática de produções acadêmicas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A partir do descritor “Inclusão no Ensino Superior” foram encontrados 66 trabalhos no referido banco de dados. Desse total, 25 produções foram analisadas a partir da leitura dos resumos mais afeitos com a temática, sendo selecionadas sete produções. Os resultados destacam que a inclusão no ensino superior vem sendo implementada pelas instituições, revelando avanços relacionados ao acesso. Porém, percebe-se que, apesar da ampliação das políticas de inclusão, as instituições ainda precisam avançar em ações que fortaleçam a permanência dos estudantes com deficiência em seus cursos de graduação.

Palavras-chave: Educação Superior, Políticas de Inclusão, Pessoa com Deficiência

## **Abstract**

This work aimed to identify the research findings of *stricto sensu* graduate courses related to the inclusion of people with disabilities in Higher Education in Brazil. Bibliographic research was the methodology used in the systematic review of academic productions published in the CAPES Theses and Dissertations Catalog. From the descriptor “Inclusion in Higher Education”, 66 works were found in the referred database. Of this result, 25 productions were analyzed based on the reading of the most affectionate abstracts with the theme, with seven productions selected. The results highlight that the inclusion in higher education has been implemented by the institutions, revealing advances related to access. However, despite the expansion of inclusion policies, institutions still need to advance in actions that strengthen the permanence of students with disabilities in their undergraduate courses.

Keywords: College education, Inclusion Policies, Disabled Person

## **Resumen**

Este trabajo tuvo como objetivo identificar los resultados de la investigación de los cursos de posgrado estrictos relacionados con la inclusión de personas con discapacidad en la educación superior en Brasil. La investigación bibliográfica fue la metodología utilizada en la revisión sistemática de las producciones académicas publicadas en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES. Del descriptor “Inclusión en la educación superior”, se encontraron 66 trabajos en la base de datos referida. De este total, se analizaron 25 producciones basadas en la lectura de los resúmenes más afectuosos con el tema, con siete producciones seleccionadas. Los resultados resaltan que la inclusión en la educación superior ha sido implementada por las instituciones, revelando avances relacionados con el acceso. Sin embargo, está claro que, a pesar de la expansión de las políticas de inclusión, las instituciones aún necesitan avanzar en acciones que fortalezcan la permanencia de los estudiantes con discapacidades en sus cursos de pregrado.

Palavras-clave: Educación universitaria, Políticas de inclusión, Persona discapacitada

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, desde as últimas décadas do século XX, o conceito de deficiência tem sido desfocado da perspectiva individual, que a entendia como um problema de ordem pessoal, para a perspectiva social, que compreende a sociedade como espaço que produz ou elimina barreiras que envolvem a deficiência. (BRASIL 2009).

Assume-se neste trabalho a concepção social de deficiência, entendendo que tal condição, ainda que vinculada a uma causa orgânica específica, relacionada a disfunções ou limitações de ordem física, auditiva, visual intelectual ou múltipla, pode ser potencializada pelo contexto no qual o sujeito está inserido.

Isso significa que a "limitação" orgânica pode ser extremamente reforçada por determinados discursos e práticas sociais. Mantoan (2000) utiliza os termos *déficit real* para se referir às questões orgânicas e *déficit circunstancial* para abordar as limitações estabelecidas pelo contexto social. Desse modo, entende-se que os déficits circunstanciais são potencialmente mais limitadores que os déficits reais, pois são frutos de estigma que marcam socialmente as pessoas.

Para Goffman (1988), o estigma é uma identidade social produzida a partir de referências depreciativas que não correspondem às exigências sociais do que o indivíduo deveria ser. Esse estigma constitui-se num estereótipo criado socialmente, que reduz a pessoa a sua "desvantagem".

Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o simples fato de que ele entrasse em contato com outros levará o seu estigma a ser conhecido. (...) Quando um estigma imediatamente perceptível, permanece a questão de se saber até que ponto ele interfere com o fluxo da interação (GOFFMAN, 1988, p. 59).

Entretanto, nos últimos anos, o debate a respeito da deficiência tem assumido novos contornos. Sob a égide do modelo social, os estudos sobre a deficiência formam uma área de conhecimento cujo esforço argumentativo se concentra na interpretação da diferença humana a partir dos aspectos históricos, culturais e sociais. No Brasil relevantes estudos merecem destaque pela discussão crítica e consistente que apresentam, como o desenvolvido por Débora Diniz (2007). Essa autora lança um novo olhar sobre o fenômeno da deficiência para além da perspectiva curativa e de reabilitação que, durante muito tempo, dominaram os estudos desenvolvidos acerca desta temática.

Diferentemente do que a cultura dominante estabelece, o grupo social constituído pelas pessoas com deficiências não é homogêneo quanto às características sociais, econômicas, religiosas, étnicas ou educacionais. Cada indivíduo tem características próprias. (MENEZES, 2015).

No campo educacional, por exemplo, o número de pessoas com deficiências matriculadas em um curso superior vem crescendo significativamente nos últimos anos. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2018, existem 43.633 alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação do ensino superior no Brasil, correspondendo a 0,52% do total de matrículas de tais cursos. (INEP, 2019).

Uma das explicações para esse dado está no crescimento da presença dessas pessoas nos níveis de ensino fundamental e médio, a partir das políticas de universalização da educação básica, o que faz com que um maior número delas passe a buscar a formação universitária.

A entrada na vida universitária convoca o estudante a uma mudança rigorosa e profunda em sua rotina e em sua relação com o conhecimento. Para não fracassar no percurso acadêmico, ele terá que superar as adversidades próprias da Educação Superior e afiliar-se a um novo espaço, apreendendo suas peculiaridades e suas regras

O mundo acadêmico vai exigir do estudante um certo grau de autonomia e confiança além de outras características compatíveis ao perfil universitário. (OLIVEIRA, 2017).

Esse processo, composto por novos códigos e desafios, é para o estudante com deficiência um acontecimento de alto impacto que exigirá dele a ruptura com o mundo escolar. Segundo Coulon (2008), não se trata de um processo natural ou espontâneo, mas delicado e complexo, cujas implicações se assemelham a aprendizagem de um ofício – o ofício de estudante.

Desse modo, é preciso que na elaboração de políticas institucionais voltadas para a promoção da afiliação e permanência dos estudantes na universidade, estejam claramente descritos os dispositivos de suporte que visam fortalecer suas trajetórias acadêmicas. Essas estratégias são fundamentais para a inserção qualificada dos estudantes na Educação Superior, pois aumentam as possibilidades de apropriação do saber científico e o manejo das regras institucionais. (OLIVEIRA, 2017).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que define Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nesse sentido, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior deve englobar medidas de garantia de direito e igualdade em condições de acesso e participação com as demais pessoas. Para a efetivação deste direito, as Instituições de Ensino Superior, devem oferecer recursos de acessibilidade que promovam a participação, efetiva e com autonomia, do estudante no desempenho das suas atividades. (BRASIL, 2015).

Assim, para além do acesso, um sistema educacional inclusivo pressupõe a adoção de medidas de permanência relacionadas ao apoio específico com vistas a garantir as condições de acessibilidade necessárias à plena participação dos estudantes com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social.

Nessa perspectiva, a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhe oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades sob a justificativa de impossibilidade em virtude de sua deficiência.

Igualmente, não se pode conceber que a condição de deficiência de uma pessoa defina a área de seu interesse profissional. Por isso, para a efetivação do livre direito de escolha de sua área de formação, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.

A educação é um direito fundamental da pessoa humana, assegurado pela Constituição Federal. A Carta Magna preconiza, no Art. 208 V, que se constitui dever do Estado a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. (BRASIL, 1988) Dentre os níveis de ensino o Art. 21 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.294/96 estabelece: a Educação Básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e Educação Superior (BRASIL, 1996).

Assim, segundo Silva (2011), o direito de acesso ao ensino superior é regulado pela legislação brasileira e sua finalidade está especificada no art. 43 da LDB.

I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira

e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Assim, segundo Zago (2006), o ensino superior representa para todos os seus postulantes a ampliação do acesso ao conhecimento científico e de chances no mercado de trabalho, embora a autora identifique que ainda há dificuldades no acesso ao ensino superior por parte da população brasileira.

Diante das finalidades da Educação Superior, Silva (2011) considera ser de suma importância que o acesso a esse nível de ensino se dê com igualdade de oportunidades. Nessa perspectiva, Souza (2009) deixa claro que a questão do acesso à educação superior é uma questão que deve ser tratada com suma importância, porque tal nível de ensino é caracterizado pela seletividade e por uma persistente desigualdade no acesso.

Como forma de preparar os ambientes das instituições de Ensino Superior para esse acesso, a Portaria nº 3.288 de 7 novembro de 2003, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para a autorização e reconhecimento de novos cursos e credenciamento de instituições, com o intuito de assegurar que os estudantes com deficiência que ingressarem no ensino superior tenham condições básicas de acesso, mobilidade, e utilização das instalações. Dentre as condições de acessibilidade é possível citar: eliminação de barreiras arquitetônicas; reservas de vagas no estacionamento; adaptação de portas e banheiros; instalação de telefones, bebedouros e lavabos acessíveis a quem usa cadeira de rodas; sala de apoio equipada com Braille, impressora Braille, lupas, régua de leitura; intérprete de Libras, flexibilização na correção de provas, dentre outros. (BRASIL, 2003).

Ainda na perspectiva do acesso, foi promulgada em 2012 a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas (BRASIL, 2012), regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em todas as instituições federais de Educação Superior a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Em 2016, através da Lei 13.409, as pessoas com deficiência foram incluídas no programa de cotas alterando o texto da supracitada Lei 12.711/2012. Assim, o artigo terceiro da referida Lei ganha nova redação, sendo que os 50% das vagas destinadas a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência em proporção ao total de vagas, no mínimo igual, a proporção desses segmentos da população na unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo.

Com foco na ampliação do acesso programas de ação afirmativa também foram criados a exemplo de

Programa Universidade para Todos (PROUNI) que, segundo Oliveira (2012), surgiu como uma política de justiça social que por fim estabeleceu-se como programa de transferência de renda, na medida em que transferia recursos das instituições públicas para as privadas, pois usava a estrutura das instituições privadas para criar vagas públicas. O programa consiste na distribuição de bolsas para que alunos de baixa renda possam estudar em instituições privadas de ensino superior, financiadas ou parcialmente financiadas pelo governo.

Com o PROUNI o governo fortaleceu o projeto de ações afirmativas em prol da população menos favorecida economicamente e solidificou o sistema das cotas. O programa assegurava cotas para pessoas com deficiência autodeclaradas negras e indígenas e para professores do ensino básico da rede pública. Assim, estabeleceu mais um importante canal de acessibilidade ao ensino superior para uma parte de excluídos da população brasileira.

De acordo com Rocha e Miranda (2009), considerando o papel social da universidade é fundamental que ela não seja indiferente à diferença. Assim, o Estado precisa investir em políticas públicas relacionadas à qualificação de professores, recursos tecnológicos, físicos, humanos e assistência estudantil nas universidades a fim de garantir permanência aos estudantes.

Diante do exposto, este trabalho objetivou identificar os achados de pesquisas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* relativos à inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior no Brasil.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para o levantamento do material analisado foi a revisão sistemática de produções acadêmicas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tal banco de dados possui ferramenta de busca por autor, título e palavras-chave (BRASIL, 2010), disponibilizando resumos e, em alguns casos, textos de teses e dissertações defendidas desde 1987. Com a criação da Plataforma Sucupira em 2012, os programas de pós-graduação alimentam o Catálogo da Capes com tais arquivos. Sendo assim, tal base constitui-se numa rica fonte de pesquisa da produção acadêmica já produzida no território brasileiro, tornando-se imprescindível para a fundamentação e instrumentalização do pesquisador.

A revisão sistemática da literatura, de cunho exploratório, segundo Ludwig (2009), consiste no ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e avaliar as contribuições teóricas já existentes sobre certo assunto. Tal metodologia de pesquisa não consiste na mera reprodução de dados já sistematizados, mas na ressignificação e produção de novos resultados a partir de investigações já realizadas.

Os trabalhos analisados foram selecionados com base no descritor “Inclusão no Ensino Superior”. Pesquisando com o descritor entre aspas, para dar ênfase aos termos pesquisados, foram encontrados 66 trabalhos. O período pesquisado abrange os anos de 2013 a 2019, pois a produção disponibilizada no referido banco de dados diz respeito ao período posterior à criação da Plataforma Sucupira.

Após esse levantamento foi realizado um refinamento da busca por áreas de concentração dos programas sendo definidas as seguintes áreas: Desenvolvimento humano e Educação; Direitos Sociais e Políticas Públicas; Diversidade e Inclusão; Educação; Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas; Planejamento e Políticas Públicas; Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior; Reabilitação e Inclusão. Com esse foco foram encontradas 25 produções para análise.

A partir de então foi feita a leitura criteriosa dos títulos e resumos, buscando selecionar os trabalhos mais afeitos à temática em estudo e que tivessem explícito o descritor “Inclusão no Ensino Superior”. Finalizando essa etapa foram selecionados sete trabalhos, conforme quadro a seguir.

### **QUADRO 1. TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR POR ÁREA DO PROGRAMA NO PERÍODO DE 2013 A 2019**

AUTOR(A)	TÍTULO	PROGRAMA/CURSO	LOCALIZAÇÃO	ANO	OBJETIVO
BREDA, D. C.	A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em Educação	Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Acadêmico	Vitória – ES	2013	Analisar e discutir as políticas de inclusão da Universidade Federal do Espírito Santo que viabilizam o acesso e a busca de permanência de um estudante surdo.
CHOLANT, K. I..	A sala de recursos de uma instituição de ensino superior como apoio à inclusão de pessoas com deficiência	Programa de Pós-Graduação em Reabilitação e Inclusão – Mestrado Profissional	Porto Alegre – RS	2017	Identificar como se dá o apoio à inclusão de pessoas com deficiência através da Sala de Recursos do Centro Universitário Metodista IPA, garantindo assim seu sucesso acadêmico.
LIMEIRA, C. S.	Acessibilidade Física e Inclusão no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Pará	Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Acadêmico	Belém – PA	2014	Analisar as condições de acessibilidade física no <i>campus</i> da UFPA em Belém, segundo a avaliação de estudantes com deficiência
MENDONÇA, L. M. M. A. de.	Pensando as barreiras à inclusão na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense: a construção de um mini documentário	Programa de Pós-graduação em Diversidade e Inclusão - Mestrado Profissional	Niterói – RJ	2018	Produzir um documentário que retrate cenas do cotidiano de alunos e pessoas com deficiência na UFF e aborde as suas reflexões a respeito da inclusão na universidade.
SOUZA, F. M. de	Inclusão ao ensino superior de alunos com deficiência em uma universidade do Rio Grande do Sul	Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Mestrado Acadêmico	Nova Hamburgo – RS	2019	Analisar e interpretar o processo de inclusão no ensino superior de alunos com deficiência, como o seu acesso, a sua permanência e as suas oportunidades em uma universidade do Rio Grande do Sul.
SILVA, M. M. da	Processo de inclusão no ensino superior: o caso de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Ouro Preto	Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Acadêmico	Mariana – MG	2016	Investigar o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, identificando, segundo percepção dos próprios alunos, efeitos da formação acadêmica recebida.

SOARES, L.	Inclusão no ensino superior: sentidos atribuídos por acadêmicos com deficiência	Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado acadêmico	Joinville – SC	2014	Analisar os sentidos de inclusão atribuídos pelos acadêmicos com deficiência da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).
------------	---	--	----------------	------	---

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Observa-se no quadro acima que a produção acadêmica acerca dessa temática está fortemente concentrada na regiões Sul e Sudeste, com a produção de três trabalhos. A região Norte apresenta a produção de um trabalho. Essa grande concentração nessas regiões permite a inferência de que tal fato seja devido à maioria dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil estar concentrada naquelas regiões.

É possível observar também que a produção encontrada está concentrada em universidades públicas, quatro trabalhos, e somente três trabalhos foram produzidos em instituições privadas situadas no Sul do Brasil.

O ano de maior concentração das produções é 2014, com duas produções sobre a temática, sendo as outras distribuídas entre os anos de 2013, 2016, 2017, 2018 e 2019 com uma produção cada, respectivamente. Nas produções selecionadas, nenhuma delas foi elaborada no ano de 2015.

A maior parte das produções encontradas foi realizada em programas de pós-graduação da área de Educação (quatro), um trabalho é da área de Reabilitação e Inclusão e os outros dois trabalhos são provenientes das áreas de Diversidade Cultural e Inclusão Social e Diversidade e Inclusão, revelando o forte interesse dos estudiosos da educação por pesquisas que desvelem o processo de inclusão no ensino superior.

Destaca-se ainda que, dentre as produções encontradas, cinco são provenientes de programa de mestrado acadêmico e dois provenientes de programa de mestrado profissional.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das pesquisas trazem apontamentos que possibilitam uma compreensão dos avanços e desafios da inclusão no ensino superior. As pesquisas apontam que a inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior tem se configurado como um desafio para todos os envolvidos com a educação nesse nível de ensino. Assim, entende-se que para que esse processo se efetive com eficácia faz-se necessário que, na operacionalização das políticas que norteiam tal perspectiva educacional, os sujeitos sejam valorizados em suas potencialidades e possibilidades.

Na realização da sua pesquisa com estudantes com deficiência no ensino superior, Rossetto (2009, p. 220) menciona que o acesso nesse nível de ensino foi conquistado através de luta.

A partir das suas reivindicações e lutas, chegaram a um nível de desenvolvimento que lhes permite ocupar lugares sociais que até pouco tempo atrás só eram ocupados pelos sujeitos considerados sem deficiência. Desse modo, contribuíram para desmistificar a ideia historicamente construída da deficiência como fator incapacitante e vista como uma categoria fechada em si mesma, reafirmando o caráter da deficiência como uma invenção social que justifica a seletividade, a segregação e o preconceito de uma sociedade.

Na pesquisa de Soares (2014), realizada com sete estudantes com deficiência (cinco com deficiência física, uma com surdez e outra com baixa visão) matriculados nos cursos de graduação da Universidade de Joinville

(UNIVILLE), os participantes foram reunidos em um grupo de discussão com o objetivo de analisar os sentidos de inclusão atribuídos por eles. De modo geral, a pesquisa mostra que analisar como vem ocorrendo o movimento de inclusão na UNIVILLE, na voz dos acadêmicos com deficiência, representou a possibilidade de discutir questões de inclusão com ações inclusivas. Percebeu-se também que nesta universidade a pessoa com deficiência ocupa um lugar que é visível pela comunidade acadêmica e significativo para a própria pessoa, no sentido de estar deslocando-se de uma imagem historicamente construída na qual ela foi identificada como incapaz para a imagem de um novo sujeito da educação que chegou a esse nível de ensino e sente satisfação por isso.

Os discentes apontaram também que se percebem como pessoas vitoriosas, de superação, sucesso, realização e luta, porém apontaram os espaços da universidade como excludentes, pois determinam quem pode fazer parte deles. Da mesma forma, quanto à prática docente, os discentes sinalizaram que as condutas de inclusão necessárias para o acesso ao conhecimento dependem das interpretações que os professores constituíram ao longo de sua trajetória profissional, uma vez que ainda existem problemas em relação às metodologias e práticas inclusivas por determinados docentes. A autora considera, então, que pensar em educação na perspectiva inclusiva significa ressignificar conceitos e visão de mundo.

A pesquisa de Breda (2013) teve como temática a inclusão no ensino superior em nível de pós-graduação, com ênfase no ingresso de um estudante surdo no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O sujeito em questão foi o primeiro estudante surdo a ingressar no curso de pós-graduação desta universidade. Foram realizadas entrevistas e questionários com o estudante surdo, seus colegas da turma de mestrado, professores, funcionários técnicos-administrativos e gestores.

O autor aponta que os discentes, colegas do estudante surdo em questão, solicitaram à coordenação da instituição, um curso de LIBRAS, a fim de melhorar a comunicação com ele, porém o curso não foi realizado. Nota-se que esses alunos estavam dispostos a se apropriarem da LIBRAS para ampliar as possibilidades de interação com o discente surdo. De modo geral os estudantes afirmaram perceber a presença de pessoas com deficiência na universidade como uma experiência positiva para todos e reconheceram que ainda existe muito a se fazer para a garantia de acesso e permanência desses sujeitos.

Breda (2013) acrescenta as discussões de Mazzotta (1993) o qual fala da adaptação de currículos e recursos materiais, insistindo na qualificação profissional do professor entendendo a importância de um conhecimento amplo sobre as necessidades do aluno.

Como conclusões da pesquisa, Breda (2013) salienta que a universidade vem tomando algumas iniciativas a fim de tornar todos os *campi* mais acessíveis construindo calçadas, reformulando a arquitetura dos prédios antigos com a construção de rampas de acesso a andares superiores, projeto de construção de ciclovia e acessibilidade nos banheiros. O autor cita que uma das dificuldades é que os recursos do PNAES se destinam somente para os alunos da graduação. Outro problema apontado é a falta de identificação dos sujeitos com pessoas com deficiência. Breda (2013) constatou que a universidade pesquisada vem tentando promover ações inclusivas, adaptando as provas dos vestibulares, modificando sua estrutura física e contratando profissionais para atender pessoas com deficiência. Entretanto, ainda existem muitas ações a serem realizadas, como por exemplo, a criação de um núcleo de acompanhamento desses alunos.

O trabalho desenvolvido por Limeira (2014), um estudo de caso da acessibilidade física na Universidade Federal do Pará, analisa que a acessibilidade física é sinalizada nas pesquisas como parte do desenvolvimento das condições materiais necessárias à inclusão, inclusive na relação com o currículo, compreendendo que as estruturas físicas devem viabilizar a livre circulação de todas as pessoas no ambiente acadêmico.

Para obtenção dos dados da pesquisa, a autora realizou entrevistas semiestruturadas com cinco discentes com deficiência, identificados com deficiência física (três discentes) e deficiência auditiva (dois discentes matriculados em diferentes cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Além disso, foram realizadas também entrevistas não-diretivas com o arquiteto do Departamento de estrutura física da universidade em questão.

Com o estudo, Limeira (2014) verificou que o acesso aos espaços do *campus* é essencial para a socialização do conhecimento entre os estudantes e que, diante das barreiras encontradas na estrutura física da universidade, os discentes sugerem a expansão das obras de acessibilidade física, bem como o fomento a pesquisas que abordem o tema.

Isto também pode ser observado na pesquisa de Silva (2016), que teve objetivo investigar o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, identificando, segundo percepção dos próprios alunos, efeitos da formação acadêmica recebida. Para tanto, analisou-se a influência dos aspectos atitudinais comunicacionais e físicos na formação desses estudantes na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) verificando em que medida as ações institucionais podem ser consideradas promotoras de inclusão.

Silva (2016) utilizou como procedimentos metodológicos: observação, entrevistas com cinco discentes com deficiência e o registro no diário de campo. Destaca-se que, nesta pesquisa, a autora informa que os estudantes com deficiência entrevistados são divididos em: três discentes, sendo um com baixa visão, um com deficiência intelectual e um com autismo, matriculados nos cursos de graduação da UFOP, e dois cegos que já haviam concluído suas graduações na mesma universidade.

Os apontamentos construídos neste estudo de Silva (2016) indicaram que o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na universidade requer o estabelecimento de estratégias políticas e pedagógicas capazes de eliminar barreiras atitudinais, comunicacionais e físicas, para possibilitar a todos o direito à educação, atentando-se para a observância do atendimento aos princípios da autonomia, independência e empoderamento.

As pesquisas de Limeira (2014) e Silva (2016) levam em consideração a percepção dos estudantes com deficiência quanto à sua inclusão no ensino superior. Os trabalhos reforçam o olhar dos estudantes sobre o tema e como isso tem influenciado em sua vida acadêmica.

Souza (2019) teve como objetivo analisar e interpretar o processo de inclusão no ensino superior de 13 alunos com deficiência egressos de uma universidade no Rio Grande do Sul. Para isso, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas. Os participantes afirmaram não ter optado por se identificar como pessoa com deficiência no momento do vestibular, pois argumentaram não haver necessidades de adaptações no momento. Quanto à permanência, os estudantes apontaram que não houve dificuldades em permanecer no curso, porém, algumas questões foram apontadas como dificultadoras deste processo: problemas de saúde e dores relacionadas às suas deficiências, questões atitudinais de professores e colegas como comentários preconceituosos e resistência em adaptações metodológicas de ensino.

Esta pesquisa também demonstrou que 12 dos alunos entrevistados estavam atuando no mercado de trabalho, porém nenhum deles em função compatível com as suas áreas de formação, tanto por motivos de acessibilidade do espaço físico, quanto por terem sido contratados para vagas que eram exclusivamente para pessoas com deficiência. Esse dado demonstra que também ainda há uma dificuldade de inclusão após o ensino superior, necessitando de adequações do mercado de trabalho para receber tais profissionais.

Na pesquisa de Cholant (2017) destaca-se a existência da Sala de Recursos Multifuncionais também no ensino superior, o que demonstra que este pode ser um recurso diferencial na inclusão de alunos com deficiências nessas instituições. A sala de recursos do Centro Universitário Metodista IPA, instituição pesquisada pela autora, atende a todos os discentes, docentes e colaboradores que apresentam comprometimentos de ordem motora, sensorial ou psíquica, realizando com os discentes, além da questão de acessibilidade, o acompanhamento pedagógico que acontece por meio de encontros regulares e a comunicação com os docentes.

A autora utilizou, para sua pesquisa, uma abordagem metodológica qualitativa, os dados apresentados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com um conjunto de sujeitos constituído por 12 discentes distribuídos por: dois alunos com deficiência visual, um aluno com baixa visão, cinco alunos com deficiência auditiva, um aluno com deficiência física, dois alunos com necessidades educacionais especiais e um aluno com deficiência psicossocial.

Como citado nas pesquisas anteriores, os discentes relataram insatisfações em relação às condições de acessibilidade que interferem diretamente em sua mobilidade e locomoção na instituição de ensino. Percebeu-se também, que os discentes não se sentiam acolhidos por suas necessidades especiais não serem contempladas em sua concretude, como, por exemplo, não conseguir fazer uso de um determinado seto institucional por indisponibilidade do material acessível. Contudo, constatou-se que o trabalho oferecido pela Sala de Recursos auxilia em seu acesso e permanência na instituição de ensino.

A pesquisa de Mendonça (2018), com o objetivo de discutir os processos de construção de um espaço inclusivo para pessoas com deficiência no ensino superior, foi realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF) com a participação de 15 sujeitos, sendo: cinco docentes de diferentes disciplinas, cinco estudantes com deficiências, tais como paralisia cerebral, cegueira, surdez e nanismo e cinco funcionários técnico-administrativos da universidade. A autora utilizou entrevista semiestruturada para a obtenção de dados.

Nesse trabalho, percebeu-se a importância da acessibilidade física, elaborando estratégias a fim de proporcionar uma maior inclusão desses sujeitos, despertando o sentimento de pertencimento à instituição.

Observou-se que, em todas as pesquisas, foi utilizado o instrumento metodológico análise documental, pois ele possibilita “(...) reunir todas as partes, elementos da problemática (...)” (CELLARD, 2008, p. 303) favorecendo que o autor, considerando o seu contexto histórico e social, obtenha uma contextualização acerca do assunto a ser estudado.

Percebe-se também que a deficiência mais encontrada nas diferentes pesquisas na Educação Superior é a física seguida da deficiência auditiva. Outros tipos de deficiências são abordadas pelos pesquisadores, confirmando que essas pessoas estão saindo da invisibilização e acessando o ensino superior com uma incidência maior.

Convém lembrar que ter acesso ao ensino superior não significa que os estudantes com deficiências estejam incluídos. Martins (2009) adverte que, além dos dispositivos legais que determinam as políticas educacionais as condições arquitetônicas e curriculares devem existir para possibilitar a permanência e o sucesso acadêmico do universitário com deficiência.

O aumento do número de estudantes com deficiências que estão presentes nos cursos de graduação demonstra a importância do fortalecimento e consolidação da política de inclusão no país que vá além da questão de acessibilidade física ou arquitetônica. Seria necessário, portanto, construir uma visão mais ampla do processo de inclusão, considerando, além dos aspectos políticos e pedagógicos, as construções subjetivas implicadas (SILVA, 2016).

Como avanços da inclusão no ensino superior foram constatados nas pesquisas a promoção de ações inclusivas, a exemplo de: adaptação das provas dos vestibulares (BREDA, 2013); contratação de profissionais para atender pessoas com deficiência (BREDA, 2013); modificações arquitetônicas (BREDA, 2013; LIMEIRA/2014).

Entretanto, ainda existem muitas ações a serem realizadas, como por exemplo, a criação de um núcleo de acompanhamento desses alunos (BREDA, 2013). Como desafios a esse processo, percebe-se a necessidade de uma articulação entre todo corpo de funcionários da instituição (LIMEIRA 2014) de modo que a universidade esteja preparada para receber o estudante com deficiência, com formação continuada e adaptação dos materiais de uso dos alunos. Outro fator apontado por Limeira (2014) é que não há manutenção para o pleno funcionamento dos elevadores e plataformas existentes.

Para transpor esses desafios, a universidade precisará encontrar canais de diálogo com a imensa diversidade que a compõe, principalmente os grupos historicamente excluídos da educação e da sociedade que estão conquistando cada vez mais seu espaço nesse nível de ensino. (PASSOS, 2016).

As principais sugestões de intervenções relacionadas à acessibilidade apresentadas pelos participantes nas pesquisas foram: a) Formação sobre a diversidade humana e acessibilidade às pessoas com deficiência direcionada a todos os atores educacionais; b) Acessibilidade metodologia com adequações nos currículos; c

Acessibilidade comunicacional nos *sites*, videoconferências e seminários, bem como audiodescrição do conteúdos; d) Acessibilidade arquitetônica nos *campi*, sobretudo nas áreas externas e acessos as salas de aula nos prédios administrativos relacionadas a instalação e manutenção de elevadores; e e) Desenvolvimento de projetos que incentivem os estudantes (com e sem deficiência) a superarem desafios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o levantamento das produções, retomando o objetivo deste trabalho, que foi identificar os achados das pesquisas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* relativos à inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior no Brasil, foi possível compreender a relevância dessa temática, considerando que ainda são poucos os trabalhos nos quais se percebe que a inclusão neste nível de escolaridade ocorre de fato.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que as pesquisas demonstram que o movimento de inclusão ainda causa estranhamento nos contextos sociais, entre eles, as universidades, que atualmente recebem um número cada vez mais significativo de acadêmicos com deficiência.

Ao considerarmos a educação como um dos direitos básicos do indivíduo, entendemos que todos os sujeitos são titulares desse direito, inclusive as pessoas com deficiência. Porém, as ações desempenhadas ao encontro dessa premissa ainda não foram suficientes para todas as pessoas, visto que o sistema de educação carrega em seu âmago uma perspectiva elitista, conservadora e que classifica de maneira excludente, independentemente do nível de ensino, àqueles que fogem do padrão normativo instituído socialmente.

Incluir significa, portanto, pensar em igualdade, garantia de direitos, liberdade de escolha, democracia favorecendo o exercício da prática desses conceitos cotidianamente no intuito de eliminar ou neutralizar o preconceito sob o peso da exclusão manifestada muitas vezes pelo demérito social, o escárnio, a negação resultantes da raça, cor, condição física ou situação socioeconômica.

O acesso ao ensino superior por parte dos estudantes com deficiência, como evidenciado nas pesquisas, se vê afetado por uma grande quantidade de barreiras, sobretudo físicas, que proporcionam uma experiência de enormes desafios, pois a maioria das universidades ainda desconsideram as características e necessidades desses estudantes. Outras barreiras como as atitudes de professores e colegas, a escassez de recursos adaptados e até mesmo a baixa autoestima exercem influência e dificultam o acesso e permanência no ensino superior (MENEZES, 2015).

É preciso considerar que os avanços significativos relacionados às políticas de inclusão no Brasil demonstram que esse é o momento de transformações de grande envergadura para a abertura de caminhos com vistas a propiciar a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência. Os espaços sociais, pouco a pouco, estão sendo ampliados, através da luta empreendida pelas pessoas com deficiência, e essas conquistas vêm contribuindo para ultrapassar as barreiras do preconceito, da intolerância, da discriminação entre outras.

Pelo exposto, compreende-se que há a necessidade de aprofundar os estudos sobre a inclusão acadêmica dos estudantes com deficiência e trabalhar na formulação de políticas que favoreçam a superação dos desafios apresentados. A carência de promoção de acessibilidade não é apenas dos estudantes com deficiência, mas de todos os atores envolvidos no processo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.f>
- \_\_\_\_\_, Lei nº 9.394. Institui a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-) Acesso em: 24 jul. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educ** [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-) Acesso em: 24 jul. 2020.
- \_\_\_\_\_, Portal de Ajudas Técnicas. **Comitê de Ajudas Técnicas Tecnol** <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091>
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Catálogo de Teses e Dissertações – SID CAPES – Brasília: 2010**. Disponível em: [https://capes.gov.br/sdibanco-de-teses/02\\_bt\\_sobre.html](https://capes.gov.br/sdibanco-de-teses/02_bt_sobre.html) Acesso em: 14 jul. 2020
- \_\_\_\_\_, Lei 12.711. Institui a **Lei de Cotas para o Ensino Superior**. Brasília, DF: 2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-) Acesso em 24 jul. 2020
- \_\_\_\_\_, Lei n. 13.146. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/lei/113146.htm). Acesso em 14 jul. 2020.
- BREDA, D. C. **A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em educa** Santo, 2013.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e**
- COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CHOLANT, K. I. **A sala de recursos de uma instituição de ensino superior como apoio à inclusão** Universitário Metodista, Porto Alegre, 2017.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinops** Acesso em 19 jul. 2020.
- LIMEIRA, C. **Acessibilidade física e inclusão no ensino superior: Um estudo de caso na Universidade Fede**
- LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e práticas de Metodologia Científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MANTOAN, M. T. É. **Educação para Todos: Desafios, Ações, Perspectivas da Inclusão nas Escolas** [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10633/ssoar-etd-2000-3-mantoan-educacao\\_para\\_todos\\_desafios.pdf?sequence=1](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10633/ssoar-etd-2000-3-mantoan-educacao_para_todos_desafios.pdf?sequence=1). Acesso em: 24 jul. 2020.
- MARTINS, L.de A. R. **Identidade, diversidade e inclusão**. In: **FORMAÇÃO DO PESQUISADOR EM E** Vieira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico (orgs.). Maceió: EDUFAL, 2007.
- MARTINS, C.B. **O ensino superior brasileiro nos anos 90**. São Paulo. Revista Perspectiva. São Paulo, vol. 1

- MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: Edite
- MENDONCA, L. M. M. A. **Pensando as barreiras à inclusão na faculdade de educação da universidade** Profissional em Diversidade e Inclusão. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2018.
- MENEZES, S. A. B. DE. **O direito à educação e a igualdade de oportunidades na universidade: percurs** **Espanha**. 403 f. Doutorado em Educação: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- OLIVEIRA, M. P. **Políticas Públicas: Inclusão dos Excluídos no Ensino Superior**. 9f. Pós-graduação Lato Sei
- OLIVEIRA, G. K. A. P. **A Trajetória de Afiliação de Estudantes com Deficiência na Educação Superior**.
- PASSOS, S.F.C. **Eu e tu, nós os diferentes: a percepção dos estudantes com deficiência sobre a inclusão** Grosso. Rondonópolis, 2016.
- ROCHA, T.B; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensin <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/273/132>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- ROSSETTO, E. **Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados**. 238 f. Tese de Doutorad
- SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SILVA, M. M. da. **Processo de inclusão no ensino superior: O caso de estudantes com deficiência na UI** 2016.
- SOARES, L. **Inclusão no ensino superior: sentidos atribuídos por acadêmicos com deficiência**. 154f. Mes
- SOUZA, M. do S. N. M. de. **Do seringal à universidade: o acesso das camadas populares ao ensino superi** Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SOUZA, F. M. de. **Inclusão ao ensino superior de alunos com deficiência em uma universidade do** Universidade Fevale, Novo Hamburgo, 2019.
- ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em 14 jul. 2020.

\* Discente do Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Servidora Técnica Administrativa da UFRB/CETENS. cerqueiramayne@gmail.com. Autora.

\*\* Doutora em Educação. Professora Associada da UFRB/CETENS. Coordenadora do Grupo de Estudos em Educação, Diversidade e Inclusão (GEEDI). scpimentel@ufrb.edu.br. Coautora.